



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

# Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>A burguesia empresarial e a contrarrevolução preventiva no Brasil: o projeto neoliberal e a atualização da dominação, nos anos de 1990.</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Flávio Henrique Calheiros Casimiro	Universidade Federal Fluminense	UFF	Doutorando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>A proposta deste estudo é discutir a organização da burguesia empresarial brasileira e suas estratégias de dominação a partir de trincheiras na sociedade civil, com a estruturação de “aparelhos privados de hegemonia”, voltados à elaboração de um projeto neoliberal para o Brasil, nos anos de 1990. O trabalho propõe uma discussão teórica e empírica acerca das estratégias adotadas pela burguesia empresarial, acionadas no sentido de garantir e ampliar a acumulação de capital, no contexto de redefinição política, com o processo de redemocratização, entendendo esta atuação no quadro de “contrarrevolução preventiva”. O projeto neoliberal configura-se, portanto, como um mecanismo de atualização das formas de dominação burguesa, diante do quadro internacional de globalização e reestruturação produtiva, e sua implantação deve ser entendida enquanto processo. Tendo como base a concepção de “Estado integral” de Gramsci, a organização da burguesia empresarial em “aparelhos privados de hegemonia” constitui-se como um espaço de atuação propositiva e organizativa do capital na estruturação das formas de dominação. Elaborando diagnósticos e prognósticos, propondo políticas, cobrando a atuação do Estado na adoção e execução de reformas, bem como na ação repressiva contra os movimentos sociais, a burguesia empresarial atuou de forma projetiva e incisiva no sentido de construir o consenso para a estruturação de novas bases para a acumulação. Por conseguinte, nossa proposta visa discutir algumas das estratégias materiais e simbólicas adotadas por essas instituições e agentes para a precarização do trabalho, desarticulação de sindicatos e movimentos sociais, como o MST, assim como para a naturalização do seu projeto neoliberal para o Brasil.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Dominação burguesa; neoliberalismo; contrarrevolução preventiva			
ABSTRACT			
<p>This article aims to discuss the organization of the Brazilian corporate bourgeoisie and its strategies of domination, from civil society trenches, with the formation of "private apparatus of hegemony". It served to purpose of constructing the Brazilian neoliberal project in the 1990s. Therefore, it proposes a theoretical and empirical discussion about the strategies adopted by the corporate bourgeoisie in order to ensure and expand the accumulation of capital in the context of political redefinition inside the democratization process. So this role can be understood as part of "preventive counterrevolution". The neoliberal project folds up itself as a mechanism for updating the forms of bourgeois rule before the international framework of globalization and productive restructuring. Accordingly, its implementation must be understood as a process. Based on the concept of "integral state" of Gramsci, the organization of the corporate bourgeoisie as a "private apparatus of hegemony" is a space of purposeful acting and organizational of capital along the structuring forms of domination. Thus, the corporate bourgeoisie has acted in a projective and incisive way in order to build consensus for its new bases of accumulation by elaborating diagnostics and prognostics, proposing policies, charging the action of state in adopting and implementing reforms, as well as supporting a crackdown on social movements. To sum up, our proposal is to discuss some of the material and symbolic strategies adopted by those institutions and agents, e.g., the promotion of job insecurity, the disarticulation of trade unions and social movements, including the MST, as well as the naturalization of their neoliberal project for Brazil.</p>			
KEYWORDS			
Bourgeoisie domination; neoliberalism; preventive counterrevolution			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o marxismo e o Estado			

## **Introdução**

O processo de complexificação ou ocidentalização da sociedade brasileira, nos anos de 1980 e 1990, aponta para a necessidade de reflexão quanto às novas formas em que se desenvolve a dominação burguesa no Brasil. Este estudo parte, justamente, desse interesse em tentar compreender melhor os mecanismos com os quais o poder dos grupos dominantes se edifica na sociedade brasileira. O exercício de reflexão aqui proposto, visa enfrentar o tema da dominação burguesa no Brasil, tanto teoricamente, a partir do pensamento crítico rigoroso da reflexão marxista, como empiricamente, buscando articular as concepções teóricas e o dinamismo das categorias marxistas à realidade histórica específica do contexto de redemocratização no período supracitado. Assim, discutir a atualização da dominação a partir do projeto neoliberal diante das relações do trabalho e da questão agrária no Brasil.

Por conseguinte, colocamos algumas questões que balizam este exercício como: quais seriam as estratégias de atuação da burguesia empresarial no sentido de garantir, reproduzir e atualizar sua dominação? Quais são as bases de construção do consenso articuladas diante desse projeto de dominação? Como enfrentar a complexa relação entre os condicionantes conjunturais externos e os interesses específicos que se fundem e edificam a própria dominação burguesa no Brasil? Essas seriam algumas das inquietações que norteiam tanto, este pequeno estudo, como a minha própria proposta de investigação para a tese de doutoramento.

## **Contrarrevolução preventiva, sociedade civil e Estado integral**

O quadro conjuntural dos anos 1980 e a transição para o regime democrático que se desenvolve e se consolida ao longo dos anos de 1990 apontam para um importante processo de transformações no cenário político-econômico e social brasileiro, constituindo-se como um contexto específico de lutas sociais e simbólicas pela construção de um novo projeto de sociedade. Contudo, apesar de todo processo de ocidentalização da sociedade brasileira nas últimas décadas, é preciso evidenciar o caráter contrarrevolucionário – como discutido por Florestan Fernandes – ou de revolução passiva – como apresentado na concepção gramsciana – no sentido de ajustar ou atualizar as formas de dominação, compreendendo certas reivindicações dos movimentos sociais e das classes subalternas, mas, todavia, garantido o essencial da dominação e da acumulação de

capital.

Dessa forma, a transição democrática nos anos finais da década de 1980 e sua consolidação nos anos de 1990, não representou qualquer tipo de ruptura com as velhas forças dominantes, na verdade, foram operados ajustes, onde a solução para as crises não incorporaram, de fato, os interesses subalternos, mas caracterizou-se pela permanência das estruturas dominantes, através de estratégias pactuadas pelo alto, no sentido de realizar mudanças para se evitar transformações concretas. A revolução contra a ordem capitalista, mesmo sendo uma ameaça extremamente remota, serve como mecanismo para reunir a burguesia em torno de um mesmo objetivo para garantir a posição de dominação. A historiadora Lúcia Neves, afirma que a história política do Brasil, a partir dos anos de 1990, pode ser entendida como a “história da recomposição, consolidação e aprofundamento da hegemonia da burguesia brasileira nesse momento de mudanças qualitativas na organização do trabalho e da produção e da reestruturação do Estado no capitalismo monopolista internacional e nacional” (NEVES, 2005, p. 89).

Garantir a realização da dominação e direção de forma indissociada, ou seja, garantir a construção de uma hegemonia, exige uma atualização constante das estratégias de construção de consenso, onde o custo político e social da manutenção prolongada de um regime ditatorial traz tensões, muitas vezes, perigosas do ponto de vista da legitimidade do poder e, por outro lado, em certa medida, podem dificultar a própria reprodução ampliada da acumulação capitalista. Por conseguinte, a democracia, bandeira comum entre as distintas classes e frações de classe em disputa no período, acaba assumindo o papel de uma autocracia burguesa, como discutido em outros contextos por Florestan Fernandes, na transição pactuada pelo alto em mais um episódio de contrarrevolução preventiva e permanente no Brasil. Por este entendimento, a noção de “democracia burguesa” sofre uma redefinição, que é dissimulada no plano dos *mores*, mas se impõe como uma realidade prática inexorável, pela qual ela se restringe aos membros das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente, para o exercício da dominação burguesa (FERNANDES, 2005, p.340).

Segundo Florestan Fernandes, o modelo autocrático-burguês não reflete, sociologicamente, apenas as condições econômicas, socioculturais e políticas do atual estado da sociedade de classe brasileira, sob um capitalismo dependente e subdesenvolvido de grande vitalidade. Ela também revela, por igual e simultaneamente: primeiramente os objetivos e desígnios políticos, mais ou menos deliberados, que animaram a atuação prática das classes e dos estratos de classes burgueses nos momentos de crise do poder burguês no Brasil; em segundo, as potencialidades de absorção efetiva desses objetivos e desígnios pelos processos de estabilidade e mudança da ordem social,

inerente à referida sociedade de classes, e o grau de racionalidade demonstrado pelas classes e pelos estratos de classe burgueses no aproveitamento do espaço político daí resultante; e em terceiro o modo pelo qual interesses indireta e especificamente políticos externos, transmitidos através dos dinamismos das nações capitalistas hegemônicas, das “empresas multinacionais” e da “comunidade internacional de negócios”, se encadearam seja com aqueles desígnios e objetivos, seja com suas “possibilidades históricas”, reforçando-os e, portanto, aumentando sua viabilidade a curto, médio e longo prazos (FERNANDES, 2005, p. 374).

Era preciso articular os interesses das distintas frações do capital e a manutenção da dominação burguesa e é justamente nesse aspecto que apontamos para uma condição importante para a compreensão da estruturação do domínio burguês, que nos remete à concepção de sociedade civil. O poder do Estado enquanto órgão e mecanismo de dominação de classe se edifica não somente no âmbito da sociedade política e da burocracia do poder político, mas fundamentalmente essa dominação está alicerçada em trincheiras e casamatas avançadas na sociedade civil. Portanto, a concepção de sociedade civil aqui adotada não se encontra em oposição ao Estado, como se este fosse o espaço do poder político e da dominação enquanto a sociedade civil seria o espaço da produção e da liberdade dos indivíduos, concepção característica de uma tradição do liberalismo. A sociedade civil e a sociedade política se fundem na concepção de Estado ampliado ou Estado integral de Gramsci, onde a sociedade civil é o espaço onde a dominação de classe encontra seu sustentáculo fundamental. Temos aqui a articulação e/ou interdeterminação entre infraestrutura e superestrutura, onde se inicia o poder político funda-se com o exercício do poder de classe em que sociedade política e sociedade civil são complementares e devem ser observados a partir de processos históricos concretos. Como afirma a historiadora Virgínia Fontes:

Em Gramsci a sociedade civil não pode ser seccionada ou amputada da totalidade na qual emerge: responde a uma extensão da socialização do processo produtivo, mas não atua apenas nos espaços produtivos. Compõe-se de aparelhos privados de hegemonia que, ao mesmo tempo em que procuram diluir as lutas de classes, expressam e evidenciam sua difusão e generalização no conjunto da vida social. A sociedade civil, para Gramsci, é parte integrante do Estado e somente por razões analíticas pode dele ser destacada (FONTES, 2010, p. 216).

A partir da concepção de Estado ampliado de Gramsci e do papel edificante do poder pelos organismos atuantes na sociedade civil é que adentramos na discussão da organização de “aparelhos privados de hegemonia” e seu papel na construção de consenso em torno do projeto de dominação burguesa no Brasil. A reprodução do capital necessita de atores que, em níveis diferenciados, agem nos debates políticos e sociais. E, por conseguinte, a hegemonia pressupõe a luta constante de afirmação, ou seja, ela é historicamente construída e cotidianamente defendida. Nesse sentido, o historiador Marcelo Badaró Mattos afirma que as classes dominantes não apenas monopolizam ou

controlam as agências de governo para garantir seus interesses (embora o façam), mas, para tanto, antes já se organizaram em espaços na sociedade civil – associações, sindicatos, clubes, ONGs, fundações privadas etc. - onde fortalecem os laços de unidade entre os que defendem suas propostas como interesse geral (nacional, de todos, dos cidadãos etc.) e a partir daí, estabelecem consensos, que muitas vezes incluem setores dominados que aceitam tais propostas como se suas fossem (MATTOS, 2009, p. 76). Ainda segundo Mattos, “essa é a plataforma de força para que esses projetos alcancem a sociedade política (ou Estado no sentido mais restrito), para serem executados como políticas públicas que se apresentam como atendendo a interesses gerais” (MATTOS, 2009, p. 77).

A luta pela hegemonia na sociedade, na concepção gramsciana, pressupõe tanto a coerção como a construção de um universo intersubjetivo de crenças e valores. Nessa perspectiva, a hegemonia passa pela persuasão e o estabelecimento de consenso. A classe burguesa moderna, na visão de Gramsci, se perpetua através de operações de hegemonia – isto é, através das atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos e instituições educacionais (eu acrescentaria a essa lista os meios midiáticos) que difundem sua concepção do mundo e seus valores capilarmente pela sociedade, constituindo-se como alicerces, trincheiras da dominação de classe. Dessa forma, como nos mostra Carlos Nelson Coutinho, os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de “aparelhos privados de hegemonia” ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política, porém articulados a esta, no sentido da edificação da dominação. Nessa matriz, não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social (COUTINHO, 1992). Como a construção da hegemonia passa tanto pela força coercitiva como pela ação pedagógica - que demanda a elaboração de consenso pela ação persuasiva de seus agentes -, o papel dos intelectuais orgânicos no âmbito da sociedade civil é fundamental para a legitimação de um projeto de hegemonia. Por esse entendimento, nossa concepção de “intelectual orgânico”, como nos apresenta Gramsci, não se define pelo seu grau de escolaridade ou erudição, mas sim pelo seu tipo de ação, isto é, pela função que exerce no “trabalho” de construção da base de consenso na sociedade.

**Atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia e o conflito entre determinação externa e os interesses específicos da burguesia nacional – uma relação entre estrutura e processo.**

Como muito bem examinado por Virgínia Fontes e Alvaro Bianchi, os anos de 1970 e 1980 foram extremamente ricos no que concerne à “constituição de organizações, tanto de base empresarial quanto sindicais e populares, que afrontavam a multiplicidade a seletividade repressiva dominante” (FONTES, 2010, p. 227). Esse desenvolvimento de entidades de classe evidenciam a complexificação da sociedade brasileira em seu processo tardio de ocidentalização. Como afirma Virgínia Fontes as entidades empresariais atuavam corporativa e politicamente como sociedade civil, no sentido gramsciano, como aparelhos privados de hegemonia, e participavam intimamente do Estado, antes, durante eu acrescentaria também, depois do período ditatorial. Apresentavam-se entretanto, como sociedade no sentido liberal, contrapondo-se ao Estado. Deslizavam facilmente de um a outro sentido, controlando passo a passo o processo constituinte através do Centrão, força política interpartidária que lhe dava suporte. (FONTES, 2010, p. 242).

Por conseguinte, atuando como sustentáculos para a construção da hegemonia da burguesia empresarial, podemos destacar a atuação de importantes entidades de caráter patronal, que buscaram naturalizar e universalizar seus interesses de classe como consenso. Essa ação que se manifesta na *práxis* e penetra em todas as esferas da vida social, tem um caráter pedagógico de persuasão discursivo-ideológico, conscientemente organizado e executado por agentes e instituições, que investiram capital material e simbólico para defender sua posição dominante, assim como a ampliação da acumulação capitalista. Como afirma Carla Luciana Silva, “essa atuação não é isolada, remete à existência de estados maiores, onde são formuladas visões de mundo e formas de organizar a dominação (...)” (SILVA, 2005, p. 19). Nesse sentido, as principais organizações empresariais, que teriam atuado como “pivôs político-ideológicos” nos anos de 1980 foram a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes), a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), a União Brasileira dos Empresários (UB), a União Democrática Ruralista (UDR), a Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD), o Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN), o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), e o Instituto Liberal (IL). (FONTES 2010 e BIANCHI 2010).

Organizado em 1987 – ano emblemático de importantes embates em torno da construção da nova constituinte e, por sua vez, momento estratégico para a estruturação do novo projeto de dominação burguesa no Brasil – o chamado Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN), contou com a atuação de importantes empresários. Reunia tanto membros atuantes em diferentes associações supracitadas, como também representantes de outros setores que dinamizavam a construção de consenso para outros estratos sociais como Antônio Magaldi, da USI (União Sindical

Independente) assim como diversos militares de alta patente. Além destes, também compunham o quadro do MCRN, Hebert Levy (empresário e dono da Gazeta Mercantil, principal jornal voltado exclusivamente para o empresariado na época), contava também com o apoio de Roberto Marinho, proprietário da Rede Globo, Victor Civita (Grupo Abril) e outras entidades empresariais (FONTES, 2010, p. 241). Fica evidenciado a estratégia de ampliação das bases de consenso articulando desde militares, grupos sindicais a força persuasiva da grande mídia nacional.

O PNBE fundado no mesmo ano, a partir de uma manifestação que contou com a presença de cerca de dois mil e seiscentos empresários no Anhembi, em São Paulo, surge como uma espécie de caixa de ressonância para as críticas aos projetos de “estatização da economia” veiculadas no Congresso Constituinte. Com um caráter propositivo e organizativo, o Pensamento Nacional das Bases Empresariais, nasceu no interior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, onde inicialmente predominavam os interesses das lideranças industriais, passando gradativamente a representar um espaço para a organização de pequenos empresários (BIANCHI, 2010, p. 185 – 186). O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), criado no ano de 1989, representava um conjunto de interesses mais restritos à indústria e à política industrial como parte de um projeto nacional. De acordo com Alvaro Bianchi,

Participaram da fundação da entidade e mantiveram nela destacada atuação importantes industriais, representando empresas e grupos de diversos ramos, principalmente paulistas, mas não só. Entre elas merecem destaque pela importância Aracruz Celulose, Cofap, Coldex Frigor, Gradiente Eletrônica, Metalúrgica Gerdau, Indústrias Votorantim e Grupo Monteiro Aranha. Entre os sócios fundadores e integrantes do Conselho Administrativo, nove apareceram nas listas de empresários destacados anualmente pela Gazeta Mercantil durante a década de 1980. Também da mostras da influência dos membros do Iedi a participação destes à frente de entidades como a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a Associação Brasileira da indústria Eletro-Eletrônica (Abinee) e a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da indústria de Base (Abdib) (BIANCHI, 2010, p.187).

Destarte, podemos observar o caráter essencialmente classista do Iedi, que contava com a influência e o poder econômico dos grupos empresariais ligados à grande indústria para tentar universalizar seus interesses de classe como sendo um projeto nacional. Como nos diz Florestan Fernandes, “as classes burguesas procuram compatibilizar revolução nacional com capitalismo dependente e subdesenvolvimento relativo tomando diante da dupla articulação” [desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista externa] (FERNANDES, 2005, p. 350) sob o discurso de uma suposta *racionalidade burguesa* que seria alheia aos “impulsos” e “paixões” ideológicas “ultrapassadas”. Mais adiante Fernandes discute a “revolução dentro da ordem” onde o que está realmente em jogo não são, em nenhum momento, as aspirações igualitárias, mas, tão somente, o alcance dentro do qual certos interesses especificamente de classe podem ser universalizados,

impostos por mediação do Estado a toda comunidade nacional e tratados como se fossem os interesses da nação como um todo (FERNANDES, 2005, p. 350). A missão do Iedi, ilustra bem esta condição:

Participar em parceria com o Estado e Entidades com interesse na Indústria, da formulação e implementação de Política de Desenvolvimento Industrial que, como parte de um Projeto Nacional, tenha como objetivos: participação crescente da Indústria brasileira na produção mundial da indústria; aumento da produção de bens com maior valor agregado e conteúdo tecnológico; crescimento continuado da riqueza nacional. Agir para que o crescimento econômico resultante propicie melhoria das condições de vida da sociedade brasileira, tornando-a mais justa e igualitária (Iedi, s.d., p. 2 *Apud* BIANCHI, 2010, p. 187).

O Instituto Liberal (IL), fundado em 1983, na cidade do Rio de Janeiro, pelo engenheiro e empresário Donald Stewart Jr., foi criado com o objetivo de difundir a visão de mundo neoliberal no Brasil. Constituído-se como um aparelho privado de hegemonia cujo objetivo maior era a difusão de um projeto de dominação burguesa baseou-se no neoliberalismo, como seu veículo de atualização. Em 1987 o Instituto Liberal foi transformado em rede nacional, com sedes em São Paulo, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte Salvador e Recife. De acordo com o estudo realizado pela cientista social Denise Gros, os Institutos Liberais foram criados por um grupo de empresários que se propuseram a realizar uma missão de longo prazo: divulgar as ideias liberais entre as elites brasileiras, dedicando-se à atividade política e ideológica de defesa dos preceitos do liberalismo (GROS, 2003, p. 14).

Os Institutos Liberais desenvolveram uma série de estratégias de difusão ideológica para o projeto neoliberal no Brasil, objetivando capilarizar seu discurso e universalizar seus interesses de classe, transbordando-os para outros estratos a partir da incorporação de diversos setores e grupos sociais, principalmente aqueles considerados “formadores de opinião”, como políticos, empresários, professores universitários, jornalistas, militares e intelectuais simpatizantes da causa liberal. Nesse processo de construção, destacamos essa atuação de aparelhos privados de hegemonia, como é o caso do Instituto Liberal, como estruturas estruturantes da dominação de classe burguesa a partir do aparelho estatal.

Dessa forma, percebemos a atualização da dominação burguesa, pelo caminho do projeto neoliberal, tanto por meio da necessidade da atuação efetiva e coercitiva do Estado – através das reformas de caráter neoliberal, desregulamentação de direitos dos trabalhadores e desarticulação e repressão aos movimentos sociais – como também da construção do consenso a partir da ação pedagógica de agentes, instituições e aparelhos midiáticos. Reafirmamos, portanto, a ideia de complementaridade fundamental entre sociedade civil e sociedade política para a composição da ossatura da dominação da classe burguesa no Brasil no controle do Estado. Dessa forma, o Instituto

Liberal, assim como os outros aparelhos privados de hegemonia, acima apresentados, atuaram pedagogicamente e penetraram nos mais diversos níveis de sociabilidade no intuito de universalizar seus interesses de classe, reformulando e atualizando seus mecanismos de dominação.

No plano internacional a euforia em torno da chamada globalização representou um veículo fundamental nas lutas simbólicas pela naturalização da ideologia neoliberal, sendo apresentado, por esses agentes, como a própria expressão da “modernidade” notadamente por ser considerada como resultado das forças de mercado “liberadas das correntes nocivas da ação do Estado”. Por conseguinte, o discurso dos organismos internacionais como o FMI - Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - era o de que as reformas estruturais que incentivassem o funcionamento dos mercados, apoiado na iniciativa privada e na menor presença estatal nas atividades econômicas, garantiriam a essas nações a retomada das altas taxas de investimento e, por sua vez, o crescimento econômico.

No discurso de reformas para o mercado e de acordo com a cartilha do Consenso de Washington, todos os países latino-americanos deveriam se engajar neste processo de reordenamento da ordem econômica que garantiria a inserção no “novo mundo globalizado” e seria tão mais bem sucedida, quanto maior o grau de abertura das economias e a desregulamentação dos mercados. Assim, os organismos internacionais lançam mão de novas estratégias de ação, tanto na condução da política econômica quanto na conformação social dos países. As “novas funções do Estado” envolvem desde a gestão das pequenas reformas para implantar as grandes reformas até a formulação de uma nova conformação social (NEVES, 2005,p. 73).

Além disso, a queda do muro de Berlim, o colapso dos regimes socialistas europeus e o consequente fortalecimento da naturalização do “pensamento único”, a concepção de “fim das ideologias” ou, nas palavras de Fukuiama, “fim da história”, exerceram uma significativa influência nas lutas simbólicas a favor do projeto neoliberal, assim como fortaleceram a postura imperialista das grandes potências capitalistas, a exemplo dos EUA. Entretanto, apesar de toda “sobredeterminação” conjuntural externa, é preciso deixar claro que não houve uma adoção de um projeto único e hegemônico neoliberal, como fórmula acabada a ser aplicada no contexto brasileiro. O caminho neoliberal como alternativa de reconfiguração e atualização da dominação burguesa no Brasil não foi isento de percalços, contradições e projetos contra-hegemônicos.

Dessa forma, temos de um lado as pressões imperialistas externas em uma conjuntura internacional calcada na globalização e na reestruturação produtiva do capitalismo em esfera mundial e, de outro, temos os interesses específicos das classes e frações de classe burguesa no que concerne a sua posição de dominação e, principalmente, em prol da garantia de seus interesses mais

imediatos de acumulação. Além disso, temos que considerar as formas específicas de resistência ao projeto neoliberal no Brasil, no âmbito das lutas de classes, que, em grande medida, forçaram um ritmo cadenciado e não acelerado (como gostariam certos setores do empresariado) na execução de reformas. Intelectuais progressistas, estudantes, movimentos sociais, sindicais e partidos de esquerda entre outros, pressionavam contra a adoção de tais reformas neoliberais, o que exigiu, por sua vez, estratégias mais elaboradas de construção de consenso pelos grupos dominantes.

Diante dessa discussão, nos deparamos com a necessidade de um exercício teórico de reflexão no sentido de romper com essa aparente injunção entre as formas de determinação externa no plano estrutural do capitalismo global e o desenvolvimento das próprias pressões específicas internas do empresariado brasileiro, inseridas no modelo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo monopolista no Brasil. Essa dupla articulação, como chama Florestan Fernandes, não cria apenas o seu modelo de transformação capitalista. “Ela engendra uma fórmula típica de dominação burguesa, adaptada estrutural, funcional e historicamente, a um tempo, tanto às condições e aos efeitos do desenvolvimento desigual interno quanto às condições e aos efeitos da dominação imperialista externa” (FERNANDES, 2005, p. 349). Dessa forma, temos aqui uma importante e complexa relação entre estrutura e processo.

Eurelino Coelho, estabelece uma reflexão quanto ao enfrentamento do problema da determinação da totalidade histórica. Segundo Coelho, diante dessa questão o historiador se depara, de partida, com duas ameaças que seriam o objetivismo mecanicista, de um lado, e o indeterminismo subjetivista, de outro. Nesse sentido, o primeiro perigo seria o de reduzir a interpretação histórica das trajetórias dos sujeitos a meros epifenômenos, completamente determinados por forças exteriores e estruturais; já o segundo perigo consistirá no extremo oposto, onde temos a negação de determinações históricas gerais e a concepção da pesquisa histórica como descrição das subjetividades dos agentes. A partir da reflexão crítica do materialismo histórico, de acordo com Virgínia Fontes, é central a “conexão entre estrutura e processo, entre o que é dado (divisão social do trabalho, num certo momento) e o construído (formas de ação política) (...)”. E conclui: “A história não é apenas uma lógica (embora a contenha); também não pode ser reduzida a vontade consciente dos indivíduos (mas não pode dela prescindir).” (FONTES, 1998, *Apud* COELHO, 2012, p.36.). Como afirma Coelho:

O conjunto das relações sociais constitui, para Marx, a própria essência da humanidade, isto é, sua determinação mais profunda. Esta totalidade de relações, entretanto, que responde pela vertiginosa diversificação no tempo e no espaço da vida dos seres humanos, não é aleatória ou indeterminada. Em cada situação histórica a humanidade teve e tem de se defrontar com possibilidades sempre restritas pela necessidade incontornável de assegurar sua própria sobrevivência material: “A primeira condição de toda a história humana é naturalmente, a existência de seres humanos vivos” (MARX;

ENGELS, 1989, p. 12). Uma vez que essa existência necessita de suportes materiais, a produção desses meios materiais da subsistência é uma exigência permanente, da qual depende a própria existência da totalidade da vida social: “Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material” (MARX; ENGELS, 1989, p.13). Ao contrário de interpretações economicistas, Marx e Engels consideram o ato de produzir, desde o início, como um ato social. (...). Cada ato humano, embora responda sua própria causalidade, só se viabiliza historicamente a partir da totalidade de relações sociais na qual se inscreve, totalidade que depende, por sua vez, para poder existir, das relações de classe (COELHO, 2012, p. 36-37).

Por conseguinte, o materialismo histórico, enquanto ferramenta analítica crítica do desenvolvimento das relações humanas e método rigoroso de análise empírica dos processos históricos concretos, fornece as condições necessárias para a superação dessa suposta injunção. Os conceitos e categorias em Marx não se configuram como abstrações ou modelos cristalizados, mas possuem sentido e dinamismo na medida em que são articulados e interagem com a realidade histórica concreta.

### **Atualização da dominação burguesa: o projeto neoliberal para as relações do trabalho.**

Com o já iniciado processo de abertura econômica inserido no panorama do capital globalizado de reestruturação produtiva, mobilizando novos setores do capital e reconfigurando os setores dominantes na economia nacional – a partir da inserção do capital estrangeiro e das novas pressões econômicas impostas pelos grupos econômicos internacionais – os setores da burguesia industrial buscaram ampliar sua capacidade de acumulação de capital e aumentar sua capacidade competitiva no mercado externo. Pressionando, para tanto, por uma dilapidação dos direitos e benefícios dos trabalhadores, como uma alternativa de “plano nacional”, tentando universalizar seus interesses de classe. A confirmação e a ampliação de certos direitos, pelo menos em tese, pela Constituição de 1988, acabaram significando um grande descontentamento para a burguesia empresarial, que entenderam essa incorporação de demandas das classes subalternas como um retrocesso para a acumulação ampliada de capital.

A grande burguesia empresarial do Brasil, atuante e articulada em organizações como a FIESP e a CNI, vem fazendo campanha, desde a constituinte de 1988, a favor de um aspecto específico da desregulamentação: a liquidação dos direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados, a partir de 1930. O empresariado brasileiro assume, além disso, uma posição oficial favorável ao programa de privatizações e lamenta inclusive que o ritmo de execução de tal programa não seja mais acelerado.

Nesse sentido, a FIESP configura-se como um aparelho privado de hegemonia extremamente atuante e engajado com diferentes setores (instituições patronais, grupos sindicais, veículos midiáticos) no sentido de elaborar estratégias para a construção do consenso em torno de um novo projeto de dominação burguesa no Brasil. A FIESP exercia forte pressão sobre as instâncias políticas, cobrando a realização das reformas neoliberais, assim como reivindicando um ritmo mais acelerado de tais reformas.

A posição do empresariado é a de que o debate da constituinte, na segunda metade dos anos 1980, teria sido uma oportunidade de “modernizar” o texto constitucional brasileiro e fora desperdiçada pela manutenção de uma política “ultrapassada” e “intervencionista”. De acordo com o Instituto Liberal, o novo quadro conjuntural brasileiro apresentaria certas condições “históricas, políticas, econômicas, sociais, e mesmo científicas, para esse salto qualitativo e, quiçá, para realinhar o país na vanguarda da modernidade, no campo das relações entre os novos fatores de produção do capital, trabalho e conhecimento” (PASTORE, 1997, p. 6-7). Assim, para esses atores, a conjuntura brasileira e internacional apresentava todas as condições necessárias para este suposto “salto” para a “modernização” através da adoção das reformas propostas pelo neoliberalismo.

Entretanto não podemos deixar de discutir que a constituinte de 1988 não representou uma grande vitória das classes subalternas, nem tampouco, as reivindicações progressistas de ampliação efetiva dos direitos sociais e do próprio exercício de uma democracia plena. A partir de acordos pelo alto, a constituição incorporou certas demandas sociais dentro de uma concepção conciliatória com os interesses dominantes no intuito de evitar o acirramento das lutas de classes e possíveis consequências mais transformadoras. Como nos diz Florestan Fernandes:

Mesmo para ganhar maior liberdade histórica ou maior espaço político, *como e enquanto burguesia*, as classes e os estratos de classe burgueses têm de procurar fora de suas fronteiras pontos de apoio materiais e políticos, que transferem para as classes operárias e excluídas, em última instância, os dinamismos mais profundos da ordem social competitiva. Esse não é, apenas, o fundamento da “demagogia populista”. Nele se acham a essência do regime republicano, com seu presidencialismo autoritário, e o fulcro de “equilíbrio da ordem” durante toda a evolução da sociedade de classes (FERNANDES, 2005, p. 385).

Uma das estratégias de ação pedagógica do Instituto Liberal foi a execução de um projeto de difusão de propostas neoliberais para situações específicas da realidade brasileira, por meio de uma publicação chamada Série Notas. Em Notas, temas em tramitação na Câmara e no Senado eram discutidos e analisados a partir dos interesses calcados na ideologia neoliberal. Para essa ação, foi criado no Instituto Liberal o Conselho Editorial de Notas. A proposta era apresentar a alternativa neoliberal quanto ao tema em debate no intuito de influenciar a decisão dos parlamentares. O projeto que também é chamado de “Assessoria Legislativa” foi executado em vários outros países

latino-americanos e foi viabilizado por meio do suporte financeiro da instituição estadunidense CIPE – Center for International Private Enterprise<sup>1</sup>.

Essa rede de instituições privadas é orientada e financiada pela instituição estadunidense CIPE, que consegue articular seus interesses de classe como tentáculos, mobilizando diferentes contextos e realidades sociais na implantação de suas propostas de reformas orientadas para o mercado. Essa articulação se insere no processo de capital-imperialismo, utilizando o conceito trabalhado pela historiadora Virgínia Fontes (2010), executado por meio de uma conexão entre a instituição privada estadunidense CIPE e vários aparelhos privados de hegemonia espalhados por diversos países latino-americanos. Essa articulação apresenta um modelo imperialista extremamente complexo e sutil, entretanto, estrategicamente infiltrado e capilarizado no conjunto da vida social. A historiadora Virgínia Fontes discute o processo imperialista do capital da seguinte forma:

O crescimento do imperialismo, de forma não linear e atravessado de lutas sociais e contradições, também conduziu a um novo salto no patamar de acumulação de capital, impulsionado por um salto escalar no processo de expropriações sociais, primárias e secundárias, que altera quantitativa e qualitativamente, mais uma vez, seu teor ao longo dessa expansão (FONTES, 2010: 145 – 146).

Essa configuração imperialista assinalada por Virgínia Fontes, - com o forte predomínio do capital monetário e sua fulminante capacidade expropriadora – “resultaram em modificações profundas do conjunto da vida social que atravessam o universo das empresas, o mundo do trabalho, a forma da organização política, a dinâmica da produção científica, a cultura; enfim, o conjunto da sociabilidade” (FONTES, 2010: 146). Por meio da relação entre o CIPE e o Instituto Liberal, podemos observar uma estratégia de articulação entre o modelo de dominação capitalista internacional e os interesses da burguesia empresarial do Brasil.

De acordo com a burguesia empresarial, as leis do trabalho seriam, na verdade, mecanismos prejudiciais aos trabalhadores, seriam as “amarras” que inviabilizam a empregabilidade. Trata-se de uma estratégia para tentar universalizar os interesses de classe burguês, cujo objetivo é a ampliação do lucro capitalista, como se fosse uma preocupação ou uma demanda dos próprios trabalhadores. Essa retórica foi fortemente difundida pela burguesia nacional, no intuito de naturalizar seu projeto de dominação como consenso. Esse mecanismo visa, fundamentalmente, à desmobilização dos sindicatos e movimentos de trabalhadores, para a aceitação passiva da chamada “flexibilização” das

---

<sup>1</sup> O Center for International Private Enterprise foi fundado nos EUA, em 1983, como um centro filiado à organização conservadora US Chamber of Commerce e financiado pela National Endowment for Democracy, pela US Agency for International Development e por fontes privadas. Seus objetivos são: auxiliar a promover reformas econômicas orientadas para o mercado; sustentar organizações empresariais privadas; aumentar e fortalecer a cultura do setor empresarial; auxiliar a desenvolver mecanismos que promovam o crescimento do desenvolvimento do setor privado nacional e internacional para fortalecer os princípios da liberdade de mercado e a empresa privada em todo o mundo. Essa atividade é feita em conjunto com diferentes instituições locais nas democracias emergentes, consideradas como os esteios da sociedade democrática: think-tanks, associações empresariais, instituições educacionais e de treinamento para os profissionais da mídia. O CIPE já financiou mais de 300 projetos em 50 países (GROS, 2003, p. 141).

leis do trabalho, por parte dos próprios trabalhadores, diante do quadro de instabilidade gerado pelo desemprego estrutural. Advogados, juristas, especialistas do tema e, até mesmo, certas lideranças sindicais eram utilizados para justificar e legitimar a dilapidação dos direitos dos trabalhadores como algo que beneficiaria, acima de tudo, os próprios trabalhadores, por meio da perspectiva de uma suposta ampliação da oferta de empregos. Assim, o discurso dominante de defesa dos interesses da burguesia é revestido da roupagem popular, apropriando-se da bandeira de defesa do trabalho.

A partir do discurso da “flexibilização”, sustentado pela retórica da empregabilidade ou desemprego, cria-se uma lógica da instabilidade em que, em nome da entrada no mercado de trabalho ou da manutenção no emprego (escasso e instável), o trabalhador se submete à redução de seus direitos e benefícios. Como nos diz Bourdieu:

(...) a exaltação do dinamismo e da maleabilidade da ordem social dos EUA (antítese da rigidez e do medo do risco atribuídos às sociedades europeias), leva a ligar a eficácia e a produtividade a uma forte flexibilidade (por oposição às imposições ligadas a uma forte segurança social) e até mesmo a fazer da insegurança social um princípio positivo de organização coletiva, capaz de produzir agentes econômicos mais eficazes e produtivos. A existência de relações de trabalho, assentes na institucionalização da insegurança (em particular com os novos tipos de contrato de trabalho) e cada vez mais particularizadas a fim de se ajustarem à firma e às exigências particulares do trabalho (...) acarretam uma dissociação do trabalho assalariado e uma atomização metódica dos trabalhadores (BOURDIEU, 2001, p. 18).

Essa lógica de insegurança social, apresentada como benéfica às relações capitalistas pelo aumento da “produtividade” e da “eficácia” da produção, configura-se como modelo de relações sociais e do trabalho em moldes neoliberais, que, na ótica da classe burguesa nacional, deveriam ser implantadas no Brasil (seguindo as tendências da globalização). Como já explicitado anteriormente, ao contrário de outros aspectos do projeto neoliberal, a questão do trabalho conciliava os interesses das distintas frações de classe da burguesia empresarial. Para Bourdieu, as relações de trabalho aos moldes neoliberais estariam inscritas em “um modo de produção que implica um modo de dominação fundado na instituição da insegurança, a dominação por meio da precariedade” (BOURDIEU, 2001, p. 34).

As propostas neoliberais difundidas pelo IL para um novo sindicalismo no Brasil estão calcadas nessa premissa da instabilidade social, uma vez que os sindicatos deveriam passar a se preocupar com a manutenção do trabalhador no emprego, e não com as lutas sociais. Como vemos em Gramsci, manter as lutas apenas na pequena política é uma estratégia de dominação integrada à grande política. O Instituto Liberal chama essa despolitização dos trabalhadores de “parcerias” e

afirma que “na negociação dessas parcerias cresce o papel dos sindicatos, que abandonam o comportamento de confrontação para adotar o comportamento construtivo da busca de resultados. Aos poucos a preocupação com o empregado cede lugar à preocupação com o emprego” (PRADO, 1998, p. 10).

A proposta neoliberal para as relações trabalhistas insere-se em um processo social e simbólico de desmobilização e despolitização das classes trabalhadoras sob o manto de uma visão conciliatória de “parceria” entre empregador e empregado, que, na verdade, resume-se à submissão do empregado aos interesses do capital. Socialmente, esse processo é fortalecido pela constituição de um exército de reserva de mão de obra (tão caro e imprescindível à lógica capitalista neoliberal) e, simbolicamente, pela naturalização de discursos como o do sistema de “parcerias”, ou mesmo através da ação individual por meio do “voluntariado”. É a construção de um novo tipo de ator social, despolitizado, desmobilizado e atomizado, totalmente vulnerável aos interesses do grande capital.

De acordo com o Instituto Liberal, “no plano social, o enfrentamento entre capital e trabalho, que alimentou tantos conflitos e atrasou tanto o desenvolvimento, está chegando ao fim, como ocorreu em outros países” (PRADO, 1998, p. 10). Assim, o IL prega e anuncia o fim das lutas de classes, já que as “modernas” relações do trabalho se pautariam pela conciliação de classes, e complementa que “o enfrentamento está cedendo lugar à reconciliação e a uma fase de parceria entre os fatores de produção, capaz de estimular a economia a níveis além das mais otimistas expectativas” (PRADO, 1998, p. 10). Para os intelectuais do IL, o modelo de legislação do trabalho adotado no Brasil seria preconceituoso, pois estaria baseado num necessário confronto entre trabalhador e empresário, “como se ambos fossem inimigos inconciliáveis que necessitassem, respectivamente, de tutela e polícia. Esse preconceito fez da CLT um instrumento de atraso social, implantando a enganosa mentalidade do conflito (...)” (PRADO, 1998, p. 12). Essa posição da burguesia empresarial está assentada em uma crítica às lutas de classes e às formas de organização social de contestação da ordem capitalista. O IL ainda argumenta que “o modelo está impregnado de ideias socialistas repetindo os mesmos erros da busca outrance da igualdade através do Estado” (PRADO, 1998, p. 14). Em síntese, o Instituto Liberal define a legislação do trabalho no Brasil da seguinte forma:

na verdade, um modelo distributivista socializante, que se assenta em bases ideológicas românticas; que se fundamenta na crença do voluntarismo reformista; que se embasa no conceito abstrato de igualitarismo; que defende a necessidade da intervenção do Estado como promotor direto do progresso social; que se utiliza do direito como instrumento de distribuição de riquezas; que não se preocupa com os meios (custos) necessários à implementação das medidas que contempla, não pode mais prosperar (PRADO, 1998, p.

14).

As lutas sociais são classificadas, pela burguesia empresarial, como instrumentos do “atraso”, que teriam impedido o desenvolvimento do país e estariam ligadas a “ideologias românticas” e “ultrapassadas”. A referida lógica da instabilidade social – que despolitiza as relações do trabalho, exigindo a aceitação submissa, pelo trabalhador, das condições impostas pelo capital, desmobilizando suas ações e organizações de representação do trabalho, criando um processo de atomização do trabalhador – alia-se a um outro processo de construção de uma suposta mentalidade de “solidariedade individual”. Articuladamente esses dois processos promovem uma reconfiguração dos papéis nas lutas sociais no Brasil ao longo dos anos 1990. Lúcia Neves nos diz que:

Os segmentos da classe trabalhadora brasileira que se mantêm empregados, além de serem contemplados com as aplicações atualizadas dos princípios e diretrizes psicológicas que embasam as relações humanas no trabalho industrial, vêm sendo convidados, juntamente com seus patrões, harmonicamente, a realizar diretamente junto à sociedade civil os denominados “programas de responsabilidade social”, doando aos projetos sociais da empresa horas do seu trabalho. O trabalhador contemporâneo vai paulatinamente abandonando sua função militante e transmutando-se em voluntário. Ele vai, no seu próprio ambiente de trabalho, transfigurando-se em um cidadão colaborador, que abdica espontaneamente do enfrentamento ao patrão na defesa de seus direitos e das condições de trabalho. Sua indignação frente ao aumento da miséria, do desemprego, da precarização das relações de trabalho e do achatamento da massa salarial não o encaminha à porta do sindicato ou ao partido político, mas à porta do setor de pessoal da empresa, em um gesto que pode assegurar sua manutenção no posto de trabalho, ou mesmo garantir sua progressão funcional e, ao mesmo tempo, melhorar a situação da empresa no ranking nacional e internacional (NEVES, 2005, p. 90).

Tal conceito de “responsabilidade social” atua como mecanismo de conversão do potencial reivindicatório do trabalhador em ações individuais com a única finalidade de sua manutenção no posto de trabalho, despolitizando as relações do trabalho e inserindo essa condição no que Virgínia fontes chama de mercantil-filantropização das lutas sociais (FONTES, 2010). Temos a instauração de um modelo de estruturação do poder que vai além das formas de reprodução da vida humana e que pressupõe ao mesmo tempo a despolitização da política e a repolitização da sociedade civil. Despolitização da política, no sentido da inviabilização de projetos de sociedade contestadores das relações capitalistas de produção da existência, limitando as potencialidades de mudança aos marcos de um reformismo político. E repolitização da sociedade civil, no sentido de fortalecimento de práticas que induzem à conciliação de classes (NEVES, 2005, p. 90-91).

Ou seja, as políticas sociais despolitizadas do modelo neoliberal, na verdade, seriam apenas mecanismos de converter à responsabilidade individual os problemas e desequilíbrios de uma configuração sistêmica do capital. Além disso, servem como força simbólica no sentido de naturalizar um novo arranjo social para a ampliação da acumulação de capital e, por sua vez, para a atualização da dominação burguesa no Brasil. O resultado desse processo de despolitização calcado

em práticas filantrópicas travestidas de “responsabilidade social” é a difusão de valores da “flexibilidade”, da “mobilidade”, e da “adaptabilidade” como os mais adequados ao indivíduo trabalhador nos dias de hoje, acompanhados, é claro, do esquecimento, quando não da condenação de qualquer tipo de defesa da mobilização coletiva contestatória (MATTOS, 2009, p. 94.).

### **Articulação entre burguesia empresarial e patronato rural na questão agrária no Brasil.**

A reconfiguração das estratégias de dominação burguesa no Brasil no início dos anos de 1990, a partir de um projeto neoliberal, busca ampliar as formas de expropriação nos mais variados âmbitos da existência humana. Por conseguinte, a defesa incondicional da propriedade privada e a mobilização de estratégias no sentido de descaracterizar as propostas e movimentos sociais de luta pela reforma agrária, da mesma forma, transitam da construção consenso à coerção violenta. No que concerne às lutas no campo no Brasil, dentre os movimentos sociais, o que teve maior fôlego e importância, nos anos de 1980 e 1990, foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Diferentemente dos demais movimentos sociais, o MST precocemente defrontou-se com o extremo conservadorismo no meio rural e com a coligação com setores proprietários urbanos contra qualquer alteração do estatuto da propriedade no Brasil (FONTES, 2010, p. 233).

Temos então, uma articulação entre os setores dinâmicos do empresariado urbano e o conservadorismo do patronato rural, que também se verifica na atuação dos aparelhos privados de hegemonia, mesmo aqueles essencialmente urbanos, como é o caso do Instituto Liberal. Como nos mostra Sônia Regina de Mendonça, os grandes grupos econômicos ingressaram na produção agrícola immobilizando seus capitais em terra, à espera de que, com isso, e em resposta à emergência da ideia da “terra como reserva de valor”, também se beneficiassem da captação dos recursos até então fartos. Nesse contexto não é difícil perceber motivações mais profundas da grande mobilização político-organizativa dos segmentos da burguesia agrária ou, o que a autora também chama de, burguesia agroindustrial ou agrofinanceira quando divulgado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 1985 (MENDONÇA, 2010, p. 27). Portanto, a relação entre burguesia empresarial e patronato rural se insere no quadro de “modernização” da agricultura no Brasil, onde essa articulação desempenha um importante papel de azeitamento das relações entre a sociedade civil e sociedade política na redefinição do papel do Estado quanto à questão agrária no contexto neoliberal e de reestruturação produtiva.

A relação entre o Estado e o processo de “modernização” da agricultura se dá de forma

visceral, mas como afirma Sônia de Mendonça algumas linhas insistem em imputar tais mudanças a um suposto “empresário moderno”. Segundo a autora, “em análises desse tipo, empresários e Estado costumam ser tratados como “entidades” estranhas uma à outra ou, quando muito, como numa “rua de mão única”, o peso dos empresários na condução dos negócios do Estado é priorizado e o do Estado, minimizado” (MENDONÇA, 2010, p. 26).

Por conseguinte, a burguesia empresarial integrante do IL não se furtou em se posicionar diante da questão agrária no Brasil e, por sua vez, atacar frontalmente a luta pela reforma agrária. Os empresários/intelectuais do IL desenvolveram estratégias específicas no intuito da construção do consenso em defesa da propriedade e da descaracterização de propostas de reforma, assim como dos movimentos dos trabalhadores sem-terra. O objetivo do Instituto Liberal era fortalecer as bases de oposição às propostas de reforma agrária, entre os grupos conservadores como os latifundiários, frações da burguesia e da classe média (principais públicos atingidos pelas ações pedagógicas do IL). Na revista *Think Tank* de julho de 1997, o Instituto Liberal lança um encarte especial, somente para apresentar a sua visão de como seria “equivocado” e, mais do que isso, “perigoso” investir em um projeto de reforma agrária no Brasil. O texto publicado pelo Instituto Liberal defende que, no que cinge à reforma agrária, haveria alguns mitos disseminados socialmente, que deveriam ser desconstruídos. Um desses mitos seria que, contrariamente à ideia muito difundida no Brasil,

o nosso território não tem grandes extensões contínuas de terras férteis. Outro mito sobejamente divulgado é o de que o campo brasileiro é dividido por um pequeno número de grandes latifundiários improdutivos. A propriedade média rural no Brasil é, em muito, inferior à norte-americana e à argentina, (...) (PRUNES, 1997, p. 3).

Ao negar o processo histórico de concentração fundiária no país, a burguesia empresarial, articulada aos interesses conservadores do meio rural, busca quebrar, através da construção de consenso, os elementos históricos que estruturam e legitimam a luta pela reforma agrária no Brasil. Assim, os empresários/intelectuais do IL tentam “reeducar” o seu público-alvo a partir de uma estratégia pedagógica de ressignificação do processo histórico brasileiro, negligenciando seu caráter de concentração de terras nas mãos de uma pequena parcela de detentores do poder. Quanto à necessidade de assentamento de trabalhadores no campo, os neoliberais afirmam que:

a superfície agricultável brasileira ocupada por latifúndios improdutivos é certamente inferior a 20% da área total (...) mesmo que toda a área ocupada pelos latifúndios fosse distribuída entre os sem-terra, ela seria suficiente para assentar apenas 20% deles, na melhor das hipóteses (PRUNES, 1997, p. 8).

Defender uma lógica de dominação e, por sua vez, inviabilizar propostas e projetos contra-hegemônicos exige diferentes estratégias e a mobilização das classes e frações de classes dominantes. Por conseguinte, a estratégia pedagógica de desqualificação das lutas por reforma

agrária, compõe o quadro do projeto de dominação burguesa, assim como a coerção do Estado, uma vez que a mobilização de diferentes formas de capital para a construção das “verdades” socialmente aceitas e reproduzidas, assim como o controle das vontades coletivas são estruturas estruturantes da dominação de classe. É nesse sentido que as formas de organização da sociedade civil se articulam de forma intrínseca à sociedade política para a estruturação do poder do Estado. “Em Gramsci, o conceito de sociedade civil procura dar conta dos fundamentos da produção social, da organização das vontades coletivas e de sua conversão em aceitação da dominação, através do Estado” (FONTES, 2010, p. 133).

A posição incisiva de ataque às propostas de reforma agrária pelos grupos dominantes, inscreve-se em um contexto importante das lutas de classes. O debate em torno da necessidade de uma reforma agrária no Brasil vinha paulatinamente ganhando corpo e expressão, principalmente a partir da criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em 1984. No início da década de 1990, a intensificação das ocupações de terras e a criação de novos assentamentos, demonstrava a emergência de uma discussão mais séria sobre a questão, no plano político. A presença do MST já não podia mais ser simplesmente negligenciada. Sua atuação passava a chamar a atenção da sociedade brasileira, com muito mais expressão e acompanhada pelos veículos midiáticos.

Diante disso, a estratégia de construção de consenso da classe dominante, através dos aparelhos privados de hegemonia fortemente alicerçados na grande mídia, foi buscar a “criminalização” dos movimentos sociais. De acordo com Marcelo Badaró Mattos,

o aparato policial e judiciário é utilizado em sua máxima capacidade coercitiva para reprimir as manifestações e organizações da classe trabalhadora, decretando a ilegalidade de formas de luta, prendendo arbitrariamente dirigentes, cassando registros de organizações e, no limite, eliminando militantes em “confrontos” sempre desiguais (MATTOS, 2009, p. 99.)

Aliando a concepção de defesa abstrata da propriedade privada com a ideia de conservação do patrimônio contra a depredação “injustificada”, esses aparelhos privados de hegemonia sistematicamente buscaram construir o consenso de que o MST era composto de “vagabundos”, “marginais” e “bandidos”, cuja atuação se pautaria pela invasão de propriedades “legítimas”, promovendo a destruição de patrimônio alheio, tão importante na geração de riquezas para o país. Em reportagem de capa para a revista do Instituto Liberal, *Think Tank* de setembro de 1998, o ex-ministro Roberto Campos chama a atuação do governo FHC, frente aos movimentos de trabalhadores sem-terra, de “tolerante”, cobrando uma postura mais repressiva por parte do aparelho coercitivo do Estado. Assim, afirma o ex-ministro:

um dos princípios básicos a observar consiste no cumprimento da lei. A tolerância – tipificada pela passividade diante das ocupações do MST, por exemplo – estimula a

imitação, o fechamento de estradas, os distúrbios dos presídios (que custam caríssimo ao contribuinte, para não se falar no resto), e o que mais ocorra a qualquer grupo insatisfeito e combativo (CAMPOS, 1998, p. 16).

Conforme as palavras do ex-ministro Roberto Campos, em *Think Tank*, os movimentos dos trabalhadores sem-terra seriam como “exemplos negativos” que estimulariam a violência e a “desordem social”. O grande problema, reclamam as classes dominantes, seria a “tolerância” com que esses grupos estariam sendo tratados. Dessa forma temos a articulação entre consenso e coerção na medida em que esses aparelhos privados de hegemonia cobram pela ação coercitiva dura de repressão desses movimentos e ocupações, por parte do Estado. A conquista e a manutenção da hegemonia devem ser permanentemente reiteradas, tanto por meio do consenso e direção intelectual e moral, como pela força coercitiva e repressiva. Dessa forma, o aparelho de coerção estatal “assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo” (GRAMSCI, 1989, p. 11).

Dessa forma, a burguesia empresarial articula-se com os interesses característicos do conservadorismo rural, demonstrando a estruturação da dominação burguesa no Brasil e o modelo de desenvolvimento desigual e combinado que se edifica a partir dessa combinação. Como afirma Virgínia Fontes, “a defesa abstrata da propriedade unificava os setores dominantes, levando-os a apoiar o uso aberto da violência armada pelos proprietários rurais e a referenciar a leniência e complacência características do Estado brasileiro diante da violência dos proprietários” (FONTES, 2010, p. 233).

O texto publicado pelo Instituto Liberal traz a seguinte afirmação: “a miséria no campo não pode ser enfrentada com a divisão da terra. Hoje, agricultura é, antes de tudo, tecnologia e escala.(...) a exploração agropecuária sofre restrições e exige, para atingir plena produtividade, elevados investimentos visando à correção das características do solo” (PRUNES, 1997, p. 3-4). Nessa visão, o latifúndio seria condição necessária para a própria utilização do solo, uma vez que a atividade demandaria altos níveis de investimentos, que, por sua vez, seriam incompatíveis à realidade da pequena propriedade. A racionalidade burguesa busca entender e explicar todas as formas da experiência humana a partir da lógica da produtividade. Assim, tenta-se universalizar a lógica do capital, no sentido da “maximização da produtividade” como fundamento para geração de riquezas (lucro) nas economias “modernas”. Assim, os neoliberais justificam o latifúndio como condição necessária para a utilização da terra.

De acordo com o texto publicado pelo Instituto Liberal, o pequeno proprietário não disporia

de recursos materiais nem de habilidade gestora para a manutenção “produtiva”, “lucrativa” e “sustentável” de sua propriedade. E assim define: “não se pode perder de vista a questão ambiental quando se trata de reforma agrária. A simples distribuição de terras para pessoas sem conhecimento de cultivo e manejo de solos leva inexoravelmente à degradação da terra, luxo ao qual o Brasil não pode se dar devido às já baixas qualidades de seu solo” (PRUNES, 1997, p. 10).

Como afirma José Sérgio Leite Lopes, nas últimas décadas vem sendo constituído um processo histórico de fortalecimento do discurso ligado à questão ambiental, que o autor denominou de “ambientalização”. A “questão ambiental” passa a ser apropriada como nova fonte de legitimidade nos conflitos sociais (LEITE LOPES, 2004). Assim, o discurso ambiental é apropriado no sentido de legitimar a estratégia de construção de consenso da burguesia. Por essa concepção, a distribuição de terras em pequenas propriedades representaria um grande risco ambiental, na medida em que, primeiramente, os pequenos proprietários não teriam conhecimento necessário para a manutenção equilibrada do solo, e, em segundo, esses pequenos proprietários não disporiam de recursos necessários demandados por uma utilização “ambientalmente responsável” do solo. De acordo com o texto do IL:

o fenômeno [de desertificação] que está acontecendo no Nordeste – região onde predominam as pequenas e médias propriedades – encerra uma lição importante: **agricultura é um negócio que exige tanto conhecimento como qualquer outra atividade urbana.** Uma reforma agrária mal realizada, onde os sem-terra meramente recebam um lote de terra, sem muita orientação, **está fadada a causar um verdadeiro pesadelo ambiental** – mais um, a se somar àqueles que o Brasil já está vivendo (PRUNES, 1997, p. 10) (grifos meus).

Travestidos de uma retórica popular, ora preocupada com a renda dos trabalhadores do campo, ora preocupada com o meio ambiente, a burguesia empresarial articulada aos grupos conservadores do patronato rural defendem com todas as suas armas – sejam elas de caráter simbólico, por meio do discurso, sejam elas forças coercitivas, na repressão violenta às reivindicações dos movimentos sociais como no caso do MST – a manutenção inquestionável da propriedade privada e da acumulação de capital. A hegemonia é conquistada, garantida e atualizada, tanto pela construção do consenso, como pela força coercitiva. A atuação dos aparelhos privados de hegemonia e, por sua vez, dos veículos midiáticos buscam universalizar seus próprios valores e interesses para outros estratos sociais, em um processo dinâmico de construção de consenso para a obtenção do controle das vontades coletivas e da aceitação consensual da dominação de classe. Dessa forma, o Instituto Liberal sintetiza sua concepção a respeito da questão agrária no Brasil da seguinte forma:

1) o Brasil não dispõe de grandes extensões de terras férteis; 2) a população rural brasileira é excessiva; 3) o Brasil é um país de pequenas e médias propriedades; 4) a

agricultura gera pouca renda, tanto para empregados como para empregadores, inclusive nos países onde ela é altamente desenvolvida; 5) a divisão ainda maior do terreno rural brasileiro, em pequenas propriedades, poderá agravar mais o problema de degeneração do solo, que em algumas áreas já é catastrófico. Esses cinco pontos por si só já **desaconselhariam a adoção de qualquer política que tivesse como consequência a fixação do homem no campo** (PRUNES, 1997, p. 10). (grifos meus).

A posição apresentada pela burguesia empresarial atuante no Instituto Liberal, sintoniza-se bem com o modelo de desenvolvimento desigual e combinado característico do Brasil, como muito bem desenvolvido por Francisco de Oliveira, onde a super industrialização e a super urbanização, semelhantes às potências centrais do capitalismo, não só convivem com características marcadamente atrasadas, como se nutrem desta condição (OLIVEIRA, 2003). Na visão da classe burguesa, para que o campo “prosperar”, minimamente, seria preciso reduzir o número de trabalhadores rurais, bem como intensificar a concentração fundiária. A única alternativa apontada pelo IL aos trabalhadores rurais seria o abandono do campo para transformarem-se em contingentes do exército de reserva de mão de obra nos grandes centros. Trata-se da reafirmação da lógica do “ornitorrinco”.

## **Conclusão**

Por fim, apontamos o importante processo de ocidentalização da sociedade brasileira como um aspecto fundamental para a compreensão das novas formas de dominação burguesa que se inscrevem. Marcelo Badaró Mattos afirma que do ponto de vista da complexificação da sociedade civil, com a multiplicação de partidos, “no sentido amplo e não formal” de Gramsci, ou como são mais comumente chamados “aparelhos privados de hegemonia”, o Brasil do início do século XXI pode ser entendido como plenamente ocidental (MATTOS, 2009, p. 93). É nesse sentido que apontamos o papel dos aparelhos privados de hegemonia enquanto trincheiras avançadas na sociedade civil, fundamentais para a construção do consenso e, por sua vez, para a estruturação da dominação burguesa.

A partir da atuação efetiva das classes burguesas, o neoliberalismo, enquanto forma de gestão do capital, contempla os interesses das diferentes frações do capital, ainda que de forma distinta e representou o veículo fundamental de reconfiguração e atualização da dominação burguesa no Brasil, a partir do início dos anos de 1990. O processo de transição para a democracia no período, não representou uma transformação profunda das estruturas de dominação burguesa,

nem tampouco, contemplou, de fato, as reivindicações dos grupos progressistas e das classes subalternizadas. Na verdade, essa transição representa a manifestação sempre atualizada da contrarrevolução preventiva e permanente, característica do modelo de dominação do país, onde certas demandas das classes sociais subalternas são contempladas para que se garanta o essencial da dominação. Como nos diz Gramsci:

o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isso é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2000, p. 48.).

Por conseguinte, essas instituições patronais ou partidos no sentido amplo da concepção gramsciana, representam, em uma sociedade ocidentalizada, estruturas estruturantes do poder de Estado. Para viabilizar esse projeto de dominação, foi necessário agregar desde o proprietário de pequenas fábricas ou empreendimentos comerciais, até os grandes conglomerados financeiros e industriais, penetrando nos mais diversos níveis da sociabilidade. Como afirma a historiadora Carla Luciana Silva, “o neoliberalismo será entendido como um processo, que vem sendo construído ao longo das últimas décadas, levando a modificações na gestão política, na reestruturação produtiva, na linguagem ideológica e na imposição de uma cultura única” (SILVA, 2005, p. 12).

## Referências Bibliográficas:

BIANCHI, Álvaro. *O Ministério dos Industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e a crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas: EdUnicampi, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Portugal: Celta Editora, 2001.

COELHO, Aurelino. *Uma Esquerda para o Capital*. São Paulo: Eduefes, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5a. Ed. São Paulo: Globo, 2005.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere (caderno 13)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, (vol 3).

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere (caderno 19)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, (vol 5).

\_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a construção da cultura*. 7a. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e o Neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heureser, 2003. (teses FEE n. 6).

LEITE LOPES, J. S. (coord); ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia. *A Ambientalização dos Conflitos Sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre as classes trabalhadoras no Brasil atual*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2009.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Patronato Rural no Brasil Recente (1964 – 1993)*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010.

NEVES, Lúcia (Org). *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2005.

#### **Fontes:**

CAMPOS, Roberto. Entrevista. In: *Think Tank*. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 2, n. 5, setembro, 1998.

CONTRATO de trabalho por prazo determinado. *NOTAS: Avaliação de Projetos de Lei*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, n. 58, 1996.

FERREIRA, Carlos Eduardo Moreira. Sempre em Defesa das Reformas. In: *Think Tank*. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 1, n. 2, novembro, 1997.

O DIREITO de greve. *NOTAS: Avaliação de Projetos de Lei*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, n. 4. 1990.

PASTORE, José. O Desemprego Tem Cura? (Encarte Especial). In: *Think Tank*. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 1, n. 2, novembro, 1997.

PRADO, Ney. Relações Trabalhistas no Brasil (Encarte Especial). In: *Think Tank*. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 2, n. 4, julho, 1998. p. 10.

PREVIDÊNCIA social. *NOTAS: Avaliação de Projetos de Lei*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, n. 8. 1991.

PRUNES, Cândido Mendes. A lógica da Reforma Agrária (Encarte Especial). In: *Think Tank*. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 1, n. 1, julho, 1997.